Políticas educacionais e trabalho docente no século XXI: desafios para a formação humana

Não serei o poeta de um mundo caduco
Também não cantarei o mundo futuro
[...]
O tempo é a minha matéria,
o tempo presente, os homens presentes
A vida presente

Carlos Drummond de Andrade

UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
UEMG

Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu Mestrado em Educação

CAPES

Organizadoras:
Ana Maria Alves Saraiva
Daniela Oliveira Ramos dos Passos
Rita de Cássia Oliveira

Políticas educacionais e trabalho docente no século XXI: desafios para a formação humana

1ª Edição

São Carlos / SP

EDITORA DE CASTRO

2020

Copyright © 2020 dos autores.

Conselho Editorial:

Profª Drª Adriana Garcia Gonçalves
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Prof. Dr Antenor Antonio Gonçalves Filho
Universidade Estadual Paulista – Unesp
Profª Drª Bruna Pinotti Garcia Oliveira
Universidade Federal de Goiás – UFG
Profª Drª Célia Regina Delácio Fernandes
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Prof. Dr Felipe Ferreira Vander Velden
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Prof. Dr Fernando de Brito Alves
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP
Prof. Dr. Flávio Leonel Abreu da Silveira
Universidade Federal do Pará – UFPA
Profª Drª Heloisa Helena Siqueira Correia
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
Prof Dr Hugo Leonardo Pereira Rufino
Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Campus Uberaba, Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico
Profª Drª Jáima Pinheiro de Oliveira
Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação – UFMG / FAE
Profª Drª Jucelia Linhares Granemann
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas – UFMS
Profª Drª Juliane Aparecida P. P. Campos
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Profª Drª Layanna Giordana Bernardo Lima
Universidade Federal do Tocantins - UFT
Prof. Dr Lucas Farinelli Pantaleão
Universidade Federal de Uberlândia – UFU
Prof. Dr Luis Carlos Paschoarelli
Universidade Estadual Paulista – Unesp / Faac
Profª Drª Luzia Sigoli Fernandes Costa
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Profª Drª Marcia Machado de Lima
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
Prof. Dr Marcio Augusto Tamashiro
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
Prof. Dr Marcus Vinícius Xavier de Oliveira
Universidade Federal de Rondônia – UNIR
Prof. Dr Mauro Machado Vieira
Universidade Federal de Uberlândia – UFU
Prof. Dr Osvaldo Copertino Duarte
Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Editor da Editora De Castro: Carlos Henrique C. Gonçalves
Projeto gráfico e arte capa: Carlos Henrique C. Gonçalves
Revisão de textos/normalizações (ABNT): responsabilidade dos autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Lumos Assessoria Editorial
Bibliotecária: Priscila Pena Machado CRB-7/6971

P769 Políticas educacionais e trabalho docente no século XXI : desafios para a formação humana [recurso eletrônico] / organizadoras Ana Maria Alves Saraiva, Daniela Oliveira Ramos dos Passos e Rita de Cássia Oliveira. —— 1. ed. —— São Carlos : De Castro, 2020.
Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5854-110-3

1. Professores - Formação – Brasil. 2. Prática de ensino. 3. Educação – Finalidades e objetivos. I. Saraiva, Ana Maria Alves. II. Passos, Daniela Oliveira Ramos dos. III. Oliveira, Rita de Cássia. IV. Título.

CDD 370.71

Todos os direitos desta edição reservados aos autores. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Editora De Castro
contato@editoradecastro.com.br
editoradecastro.com.br

Sumário

Apresentação
Luciano Mendes de Faria Filho 9

Prefácio
Carlos Roberto Jamil Cury 13

Introdução
Ana Maria Alves Saraiva
Daniela Oliveira Ramos dos Passos
Rita de Cássia Oliveira 19

Seção 1
Formação de professores e trabalho docente

Capítulo 1
Identidades docentes - educadoras reinventadas: formação docente - educadora repolitizada
Miguel G. Arroyo 35

Capítulo 2
As organizações internacionais e as tendências para a formação de professores
Ana Maria Alves Saraiva 55

Capítulo 3
El escenario de la educación en el Ecuador: ser docente en tiempos de pandemia
Magaly Robalino 75

Capítulo 4
O programa escola integrada de Belo Horizonte/MG: perfil e condições de trabalho dos monitores e bolsistas
Camila Raquel Benevenuto de Andrade
Adriana Maria Cancella Duarte 99

Capítulo 5

Utilização de tecnologias digitais de informação e comunicação na Educação: políticas, limites, possibilidades e inclusão digital em tempos de distanciamento social

Luciano Alves Nascimento
Sandra Lúcia Magri
Telma Jannuzzi da Silva Lopes 121

Capítulo 6

Mediação pedagógica online: experiências no curso de Pedagogia UAB/UFMG

Bréscia França Nonato
Maria José Batista Pinto Flores
Ângela I. L. de Freitas Dalben 145

Seção 2
Políticas educacionais e reformas

Capítulo 7

Democracia, desigualdade e políticas públicas para a Educação

Daniela Paiva de Almeida Pacheco
Wallace Faustino da Rocha Rodrigues 167

Capítulo 8

Políticas públicas e currículo educacional no Brasil

Paola Cristine Teixeira
Juliana Cordeiro Soares Branco 191

Capítulo 9

O conhecimento e o lugar dos professores nas políticas educacionais: um olhar a partir do PNAIC em Belo Horizonte

Débora Carias Alves
Rita de Cássia Oliveira 213

Capítulo 10

O ensino de Sociologia no contexto de reforma do ensino médio, BNCC e ENEM: alguns elementos para discussão

Rafaela Reis Azevedo de Oliveira
Thiago de Jesus Esteves 237

Capítulo 11

Políticas para educação a distância no ensino superior e na educação básica e trabalho docente: desafios para a formação humana

Cássia do Carmo Pires Fernandes
Luciana da Silva de Oliveira 261

Seção 3

Formação humana e políticas educativas

Capítulo 12

A interface entre educação especial e educação profissional: uma perspectiva histórica

Tatiane Cimara dos Santos Medeiros
Daniela Oliveira Ramos dos Passos 283

Capítulo 13

Paulo Freire e o projeto escola sem fronteiras: encontros reflexivos

Cirlene Cristina de Sousa
Débora Cristina Alves da Silva 303

Capítulo 14

A implementação de políticas de ação afirmativa nos cursos técnicos de nível médio do Instituto Federal de Minas Gerais - campus Congonhas

Hosana Helena Peregrino
José Eustáquio de Brito 325

Capítulo 15

Implementação da Lei 10.639/2003: o estudo da história da África e dos afrodescendentes em Roraima como instrumento de combate ao racismo

Monalisa Pavonne Oliveira 345

Capítulo 16

Políticas educativas: el desafío de la equidad y lo étnico/racial

Maikel Pons Giralt 367

Sobre os autores 334

Apresentação

Luciano Mendes de Faria Filho

A vida vinha vindo numa grande normalidade, numa desgraçada normalidade, na verdade, para boa parte da população mundial: exceto territórios muito específicos do planeta, as últimas décadas foram marcadas por destruição da natureza, aumento da violência e das guerras, concentração de renda e intensificação da exploração capitalista, várias e várias políticas de empobrecimento da maioria da população e de enlace com a morte.

A pandemia provocada pelo novo coronavírus veio retirar o véu que encobria a dura realidade vivida pela maioria dos habitantes humanos do planeta e, ao mesmo tempo, mostrar a insuficiência dos discursos justificadores dessa realidade para garantir a continuidade da exploração e da pobreza. Falar de morte e pobreza racializada, territorializada, generificada passou a se constituir numa estranha realidade instanteneizada pelas novas tecnologias e plataformas de comunicação. Ao mesmo tempo, mais e mais discursos foram produzidos, mobilizados e divulgados para mostrar que, na verdade, a pandemia é a causa de todos os males e que, uma vez debelada, levaria a humanidade a uma "nova normalidade" de conforto e bem-estar.

O Estado, antes combatido e destruído, é novamente convocado para minorar o sofrimento da população e, sobretudo, para garantir a continuidade dos negócios e do mercado. A ciência, antes combatida por governos e grupos obscurantistas, passa a ser a única "salvação da humanidade", depois de mostrado, é claro, a inadequação, mesmo para os padrões pouco exigentes dos neoliberais de plantão, das promessas de curas milagrosas. Mas, certamente, não é de toda a ciência que se fala. Alardeia-se a importância tão somente daquela ciência que pode trazer a morte do vírus e ser vendida no mercado, mas nunca, ou quase nunca, fala-se daquelas ciências que mostram, cotidianamente, as políticas de morte – muitas delas cientificamente embasadas – propostas e promovidas pelos mesmos grupos empresariais, organismos internacionais e agentes políticos que nos fizeram chegar até aqui.

É neste contexto de pandemia e pandemônio que li o livro organizado por Ana Saraiva, professora da UFMG, Daniela Passos e Rita Oliveira, professoras da UEMG, que, agora, o leitor tem em mãos. Nele, dezenas de autoras e de autores dialogam muito diretamente, desde o campo da educação, com o tempo presente, com a situação atual e, inclusive, alguns deles, com o impacto da pandemia na vida da escola, das(os) profissionais da educação, de estudantes e de suas famílias.

Os temas são os mais diversos – EAD, imigração, currículo, formação e identidade docente, legislação escolar, políticas educacionais... – que atravessam a escola, da educação infantil à pós-graduação, em escala local, regional, nacional e internacional. Há um nítido investimento do livro no entendimento da realidade educacional e escolar a partir de uma perspectiva racializada, acentuando, não poucas vezes, a construção e permanência de relações e estruturas sociais racistas em nosso país.

Outra das características marcantes do livro é que ele demonstra, de forma cabal, que boa parte das nossas inúmeras dificuldades no campo educacional tem uma longa história e deita raízes, ao longo de tempo, num projeto de não inclusão, de não aceitação e de apartamento da maior parte da população aos direitos constitutivos da moderna cidadania. Neste sentido, não se trata de falar de exclusão, pois quem jamais foi incluído não pode ser "excluído". Veja-se, por exemplo, o caso da educação a distância e, mais especificamente, agora, da chamada educação remota e emergencial. O que os textos demonstram é que no Brasil, mas não apenas nele, o fechamento das escolas veio escancarar um fato que era sabido mas notoriamente negado pelas forças do "mercado" capitalista - essa forma enganadora de apagar a existência de interesses e lutas de classes: o fechamento das escolas e a necessidade de ensino remoto fez ver, inclusive para os estudantes pobres e suas famílias, que ter a posse de um celular e ter acesso ao aplicativo do momento não significa estar "logado" no mundo e ter acesso a conhecimentos/informações relevantes; muito menos, significa a possibilidade de ser produtor de informações e, mesmo, de acompanhar uma aula "on-line".

Aos problemas estruturais da população que habita a escola pública, os quais impedem, em boa parte das vezes, que possamos fazer uma e mesma escola pública para todas e para todos - já que a

escola não faz o milagre de fazer desaparecer as desigualdades - se somam os problemas estruturais da própria escola. Da falta de continuidade das políticas à destruição das estruturas de Estado responsáveis pelas políticas públicas, passando pelas dificuldades da gestão cotidiana da escola e da falta de material e de recursos para a assistência aos alunos, o livro nos convida a navegar por um caudaloso rio de temas, abordagens e metodologias próprias às pesquisas desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação da UEMG e dos seus parceiros nacionais e estrangeiros.

Mas, como dizia e pensava Paulo Freire, autor que inspira vários dos textos aqui publicados, se uma das boas características da pesquisa educacional crítica é o desnudamento daqueles aspectos da realidade que nos impedem, individual e coletivamente, pessoal e societariamente, de nos humanizarmos, outra é aquela que, diante das explorações e injustiças, da violência e da iniquidade, nos impele à transformação. E é disso também que o livro trata. Ele não apenas denuncia – e desvela – os processos pelos quais chegamos aqui e a dura realidade em que vivemos, mas também mostra o esforço, do qual o próprio livro faz parte, que tem sido feito para a construção de um outro modo de viver, de um outro modo de ser humano no mundo.

Se, por um lado, a educação e a escola não podem tudo, como às vezes querem nos fazer crer as "forças do mercado", por outro lado, ela guarda potências que, uma vez bem dirigidas, podem fortalecer as diversas estratégias políticas, sociais e culturais coletivamente produzidas para uma outra humanização do humano. Neste sentido, depreende-se deste livro, continuamente, a ideia de que a própria educação e a escola são parte de projetos políticos, econômicos, sociais e culturais mais amplos, assim como todas estas dimensões, inclusive as marcadamente econômicas, apresentam faces educativas que precisam ser entendidas e debatidas na pesquisa e na prática pedagógica.

A violência, a intolerância, o investimento nas políticas de morte, a destruição do planeta e o descaso com parte significativa da humanidade e com as outras espécies que o habitam, não são, infelizmente, faces do "não humano" às quais a educação e a escola devem enfrentar. Não! São faces do humano, e de um humano que habita entre nós e, não poucas vezes, são nossos vizinhos e colegas

de trabalho, como o demonstra o expressivo apoio a governos racistas, machistas, homofóbicos, violentos, antidemocráticos, obscurantistas e perversos como temos visto nos últimos anos.

O livro, este livro, é, pois, um grito de alerta, um suspiro de esperança e uma vontade política de que a gente possa ser diferente, fazer diferente, e avançar para a construção de um país mais justo, mais democrático, mais igualitário e combativo do racismo, da homofobia, do machismo e de todas as formas de violência e opressão. Neste investimento, certamente a escola, da educação infantil à pós-graduação tem lugar e tem espaço e, para ocupá-los, tem o dever ético de se articular aos coletivos que, aqui e agora, produzem saberes, sensibilidades e disposições que, no entorno da escola e, às vezes, até mesmo contra a escola, diversificam os conhecimentos e as epistemologias do mundo e sobre o mundo.

Finalmente, este livro nos ajuda a vislumbrar um futuro para a escola justamente no momento em que as forças obscurantistas e antidemocráticas advogam o seu fechamento, pelo menos para os "seus filhos", já que, para os filhos dos outros, ela tem que continuar funcionando, ainda que seja como lugar de guarda e de contenção para que ocorra o "livre jogo do mercado, ou seja, a exploração das trabalhadoras e dos trabalhadores, também eles e elas, desgraçadamente para alguns, pais e mães". Afinal, perguntam as desconsoladas Damares, onde ficarão os "Miguels" enquanto suas mães vierem cuidar dos nossos filhos em nossas casas?

O imperativo da ação escolar é a natalidade, já dizia H. Arendt lá nos anos de 1950. É porque novas crianças nascem no mundo que a docência é necessária. E uma outra forma de ler este livro é, sem dúvida, que ele explicita o esforço intelectual e ético das dezenas de pesquisadoras e pesquisadores nele reunidas(os) para tornar as escolas instituições sociais em que o cuidado e a educação se integrem para melhor acolher as infâncias do mundo. Ao fim e ao cabo, é deste gesto inaugural do mundo que todos nós que lidamos com a educação e com a escola lidamos e, ao abrir estas páginas e ler este livro, a leitora e o leitor serão, certamente, cúmplices deste gesto. É a este delicioso e comprometedor perigo da leitura do mundo e da leitura do livro a que a leitora e o leitor são convidadas(os). Cabe a cada uma e a cada um escolher a melhor parte e tomar partido.

Prefácio

Carlos Roberto Jamil Cury

Este livro, em boa hora, vindo a público, expressa, em obra coletiva, os caminhos contraditórios pelos quais a educação no Brasil, mas não só, vem passando.

A educação, hoje um direito juridicamente protegido, inscrito como tal na maior parte dos Estados, foi fruto, nos seus avanços, de lutas por esse reconhecimento. No passar à sua efetivação, aparecem com clareza, de um lado os limites a isso, e de outro, tornado um campo de disputas em que se manifestam os que põem a educação como direito a ter novos direitos, com progressividade e acúmulo. Mas também se apresentam os que postulam não só uma limitação a estes avanços como também os que propõem uma regressão mediante processos desconstituintes de direitos.

Esse campo de disputas põe em tela os temas da igualdade e da desigualdade, da identidade e da diferença.

Do ponto de vista do ordenamento jurídico, a Constituição Brasileira de 1988 é muito clara em seus objetivos fundamentais no art. 3º.

> III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
> IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Três pontos merecem aí destaque: a pobreza e a marginalização devem ser extirpadas pela raiz, não os pobres e nem os marginalizados. Isso significa que as causas históricas que põem as pessoas em situação abaixo do mínimo existencial não combinam com um país que se quer contemporâneo.

Já em um Estado Democrático de Direito que se compõe com a propriedade, o referencial é uma teoria da cidadania pela qual o acesso aos direitos sociais tem como objetivo a redução das desigualdades. Há um reconhecimento de que a desigualdade é constituinte do sistema capitalista, mas há graus dessa desigualda-

de. E nosso passado histórico deixou sequelas no presente que não se coadunam com esse objetivo, haja vista às nossas estatísticas relativamente a esses direitos.

Finalmente, a preposição *sem* é indicativa de uma ausência: a discriminação relativamente a determinadas diferenças não pode coexistir com os direitos fundamentais, direitos reforçados no art. 5º.

São, pois, três verbos importantes: erradicar, reduzir e desconstruir. São verbos que denotam o momento *negativo* em relação à pobreza/marginalização, desigualdade e discriminação. Os dois primeiros refletem o fosso socioeconômico que separa as elites dominantes das massas populares. Já o terceiro tem tudo a ver com aspectos culturais ligados a comportamentos estigmatizantes com relação a pessoas dentro de grupos étnicos e de minorias.

Entretanto, o momento negativo já é um avanço, especialmente quando presente no ordenamento jurídico, mas ele não é suficiente. É preciso ir mais adiante e instaurar o momento *afirmativo* no respeito à dignidade da pessoa humana (art. 1º) pelo reconhecimento. Pode-se lembrar, aqui, da insistência de Nancy Fraser em articular a redistribuição, próprio do âmbito socioeconômico, do reconhecimento, próprio do aspecto cultural. Essa pensadora não só liga esses dois movimentos, como estabelece várias composições entre eles.

É disso que a Constituição trata quando aponta promoção do bem de todos e, consoante seu Preâmbulo: "assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos..."

O conjunto da obra desse livro perpassa por vários caminhos à luz da temática de fundo: a igualdade e a diferença.

A igualdade existe porque somos diferentes, enquanto estamos penetrados pela diversidade, pela diferença. Por que assinalar a igualdade se de pronto somos todos iguais, como consta das maiores Declarações de Direitos e maioria das Constituições? A desigualdade aí está porque nossas condições materiais de vida estão presentes. A igualdade se impõe como fundamento humano a ser perseguido porque somos desiguais e diferentes e ela está no ordenamento jurídico porque visa garantir as diferenças e se opor às desigualdades. Esse jogo entre ambas, apoiado em Luigi Ferrajoli, ganhou uma análise por esse autor que cumpre aqui citar:

> [...] o princípio de igualdade é um princípio complexo que inclui dois princípios distintos. Em um primeiro significado, consiste no igual valor que ele se obriga associar todas as diferenças que formam a identidade de cada pessoa. Um segundo significado consiste no desvalor que ele se obriga associar às excessivas desigualdades econômicas e materiais que, de fato, limitam, ou, pior ainda, negam o igual valor das diferenças (FERRAJOLI, p. 15).

A igualdade se impõe porque, de fato, somos desiguais e diferentes e cabe a ela proteger e assegurar as diferenças e se opor às desigualdades. Mas essa proteção sempre oscilou entre dois polos: o da cidadania e dos direitos humanos. Qual seria o sentido desse "todos somos iguais"? Em termos nacionais, fica claro que esse é o espaço da cidadania. Mas, e para além? A humanidade cresceu em consciência de que todos nascem iguais e não há nada que preceda a esse valor: o ser humano ou a pessoa humana, nem nascença, nem cor, nem sangue, nem religião, nem sexo, nem etnia ou outra diferença. E é esse o passo que a humanidade deu ao generalizar e universalizar direitos que transcendam o elo histórico entre nação e cidadania. E é esse o conceito pelo qual se combatem todas formas de discriminação garantindo o direito à diferença. Aqui reside os fundamentos das ações afirmativas, pois que nossa História pregressa se calcou no odioso recurso à escravatura cujas sequelas em matéria de acesso a bens materiais e em termos de preconceitos e estigmas ainda se fazem presentes.

Levar esses dispositivos em consideração é uma forma de se contrapor a orientações de organismos multilaterais que postulam apenas produtos em que o direito à educação fica confinado em aspectos da aprendizagem. O direito à educação é bem mais amplo e pode ficar reduzido ao se secundarizar ou ignorar o aporte da filosofia e da sociologia.

Por sua vez, nossa Constituição, em seu art. 4º dispõe como princípio da República a *prevalência dos direitos* e no seu § único – que cumpre citá-lo por inteiro – assinala:

A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Aqui reside um outro ponto a se destacar nesse livro: a incorporação de capítulos referentes a países da América Latina, como Equador e Cuba e a proposta de uma escola sem fronteiras. Não por outra razão, com base no art. 5º da Constituição, o direito à educação não é exclusivo dos brasileiros, ele abrange os imigrantes.

Postos esses elementos fundantes do livro, o caminho mais específico vai se constituindo, ao apontar por onde passam as tensões e as contradições do direito à educação. Estas tensões e contradições, por conta da pandemia que acometeu a humanidade, ficaram mais visibilizadas. Esse é o caso, por exemplo, da "descoberta" da heterogeneidade do alunado e uma formação homogênea do professorado. A universalização do acesso à educação básica, em especial ao ensino fundamental, trouxe consigo um novo perfil de aluno que até então não entrava nos bancos escolares. Só que boa parte deles veio com seus perfis carregados pela desigualdade e discriminação. Desse modo, cabe aos poderes públicos propiciar as condições de oferta para a escola pública, como assevera o Plano Nacional de Educação. E cabe às instituições formadoras trazer ao estudo e à prática dos futuros docentes uma formação inicial que considere a heterogeneidade dos estudantes. Mas não deixa de ser importante destacar que a pandemia, trazendo o universo escolar para dentro do universo familiar, revelou o quanto é importante ter uma formação profissional qualificada. E muitos pais e tutores estão se dando conta disso. Não é com amadorismo, diletantismo por mais boa vontade que se tenha, que se faz um profissional. Outro ponto incluído na desigualdade explicitada é o acesso, o domínio e o uso das tecnologias digitais da informação e da comunicação. Não obstante a determinação do Plano Nacional de Educação em se prover às escolas um serviço de banda larga, bem como computadores a todos os estudantes, o que se observa é o quanto estamos distantes de uma cidadania digital com qualidade para todos. Essa determinação expressa do Plano, não cumprida, aliada a uma formação, seja inicial, seja continuada dos docentes em que haja acesso e domínio por estes, ensejaria a complementaridade para o ensino presencial tanto de um ensino remoto emergencial, quanto a suplementação trazida pela educação à distância.

Esses dados gerais, corroborados pelas partes e capítulos desse livro, apontam para nossa atávica *dupla rede de educação*, ten-

do a desigualdade como base e a discriminação como arremate cuja crítica se impôs desde o Manifesto dos Pioneiros de 1932, o Manifesto em defesa da escola pública de 1959 e do capítulo da educação da Constituição de 1988. Todos eles, em vista da redução das desigualdades escolares, sempre apontaram a insuficiência de apenas um turno para a oferta de uma educação que vá além do acesso. Por seu lado, a recém aprovada emenda constitucional, que torna o FUNDEB permanente, corrobora o princípio da *gestão democrática* ao dispor sobre a *participação da sociedade nos processos de formulação, monitoramento, controle e avaliação* das políticas sociais. Com isso, mais um reforço à busca da voz dos sujeitos interessados nessas políticas.

Este livro, por seu rico conteúdo, pela múltipla abrangência e pela sua especificidade, traz uma contribuição pertinente e oportuna, para que o direito à educação de qualidade, cada vez mais igual e cada vez mais respeitador das diferenças, torne-se efetivo à luz da cidadania e dos direitos humanos. Que seu estudo, pelos conhecimentos que traz e pelas reflexões que provoca, possa ser lido por gestores, docentes e estudantes das licenciaturas e da pedagogia. Este livro é, de fato, um apelo próprio aos desafios e promessas da educação no século XXI.

Introdução

Ana Maria Alves Saraiva
Daniela Oliveira Ramos dos Passos
Rita de Cássia Oliveira

Ao longo das últimas décadas, o campo de estudos sobre a educação e as políticas públicas tem sido desafiado a interpretar contextos econômicos, históricos, políticos e sociais, sendo provocado a buscar respostas para fenômenos complexos e presentes. Ao mesmo tempo, esse campo trata de compreender e interpretar o modo como os sujeitos educacionais atuam e produzem conhecimento a partir de processos políticos, pedagógicos e identitários. Nesses, tanto são tecidos sentidos quanto desafios para a formação humana, anseio e finalidade do trabalho docente, que se apresenta como uma das categorias centrais de análise da educação e das políticas educacionais. Essa análise vai exigir olhar para aquelas dimensões conjunturais e amplas da educação e da formação, bem como para dentro de cada sala de aula e, portanto, para os significados construídos no cotidiano dos indivíduos e dos coletivos sociais.

Partindo dessas constatações, é que decidimos organizar o livro: *Políticas Educacionais e trabalho docente no século XXI: desafios para a formação humana*, que se inscreve em um processo de abordagem coletiva que considera as singularidades das dimensões históricas, políticas e sociais da formação e do trabalho docente, em diferentes contextos. Este livro é resultado do trabalho de investigação de uma rede de pesquisadoras e pesquisadores do campo da Educação e das Políticas Educacionais. Os temas e análises reunidos nesta publicação oferecem uma perspectiva atual das políticas públicas para a educação e sobre como os estudos e as pesquisas acadêmicas podem (e devem) auxiliar no processo de elaboração, reconhecimento e difusão de saberes.

Ao adotar a formação humana como norte e perspectiva do trabalho docente, o livro se articula com as finalidades do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (PPGE/UEMG), buscando também as interações necessárias com outras

importantes instituições de ensino e pesquisa de diferentes países e regiões para interpretação dos densos percursos da política educacional e da formação docente.

Nesse contexto, reconhecendo as tensões, as demandas e as novas configurações que se apresentam para a educação na perspectiva da formação humana, o propósito desta obra é contribuir para compreender e suscitar questões para a continuidade dos estudos e pesquisas sobre esse contexto de permanências e de rupturas que permeia a formulação de políticas públicas, a formação de professores e o trabalho docente, especialmente, no que toca diretamente à formação humana.

Para consecução desse objetivo consideramos a complexidade e diversidade dos temas que compõem o campo de estudos sobre as políticas públicas e a educação, bem como, as distintas realidades que se apresentam e que orientam a produção acadêmica. Para o alcance desta obra plural e convergente para a temática central, convidamos pesquisadores de diferentes regiões do Brasil e de diferentes países da América Latina e do Caribe. Diversos também são os horizontes epistêmicos desses pesquisadores, reunidos nesta coletânea em função de suas trajetórias nas pesquisas e estudos que desenvolvem. O resultado está materializado aqui, em importantes análises e reflexões sobre os desafios postos para a formação de professores, para o trabalho docente e para a formação humana. O alcance do objetivo da obra somente foi possível pelo trabalho abnegado e coletivo de grandes educadores que, ao aceitar participar deste projeto, não somente disseram sim para o desafio de tecer análises a partir do fio condutor desta obra, generosamente, disseram sim às aspirações mais elevadas para a educação na perspectiva da formação humana.

Estão juntos, neste livro, autores e autoras representantes de três diferentes países da América Latina e Caribe – Brasil, Cuba e Equador. Eles são Professores(as) e Pesquisadores(as) vinculados a sete instituições de ensino superior, uma instituição de educação básica e uma agência internacional de influência, sendo elas: a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a Universidade Federal de Roraima (UFRR), a *Universidad de Camaguey* (CUBA), o Instituto Federal de Minas Gerais-

-IFMG (Campus Bambuí, Campus Betim, Campus Congonhas e Campus Ponte Nova), o Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET-RJ), a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED-BH) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Os autores e autoras compõem também o corpo docente permanente de quatro diferentes programas de Pós-Graduação: o Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (PPGE//UEMG), o Programa de Pós-graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGE/FaE/UFMG), o Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (CAEd/FACEd/UFJF) e o Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Roraima (ProfHistória/UFRR). Trazendo para o livro resultados de pesquisas realizadas no âmbito destes programas de pós-graduação e em importante articulação entre o ensino superior e a educação básica, bem como entre o Estado, a sociedade e a educação.

O caminho analítico percorrido por esses autores é complexo, como também é o contexto em que as políticas vão produzir os seus efeitos. Exemplar neste sentido é este um quinto do século XXI, que já se anuncia como grande marco para os estudos sobre as políticas educacionais e a educação brasileira. As intensas mudanças, ocorridas a partir das décadas finais do século XX, nos situa diante de uma fresta do tempo cronológico que instiga a produção de conhecimentos novos para interpretar, conhecer, sentir e dar sentido aos caminhos trilhados e a trilhar. Tudo parece ser tanto, tão rápido e desafiador! Estarmos juntos nesta obra pode ajudar-nos a pensar os grandes problemas e pesquisar caminhos para a oferta da educação no sentido mais sublime da sua relação com a formação humana.

Com a visão de que políticas demandam tempo para produzir efeitos e com o olhar vertido para o momento atual pode-se perceber que o século XXI carrega as marcas, as rupturas, as permanências, os avanços e retrocessos de períodos anteriores. As perspectivas e olhares de pesquisadores de diferentes países e regiões contribuem, certamente, para compreensão dos desafios que se apresentam para a formação humana nos tempos atuais. Os estudos e pesquisas

que compõem este livro podem auxiliar na delimitação dos sentidos atribuídos à formação humana e cidadã, onde educandos(as) e educadores(as) sejam agentes capazes de influenciar a formulação e transformação política e social. Uma formação humana erguida sobre os fundamentos da educação integral e inclusiva.

Entretanto, as evidências apresentadas em cada texto mostram um cenário desafiador, com um aprofundamento das desigualdades sociais em um contexto político e econômico fortemente marcado pela contenção de gastos e pela regressão de direitos, que é percebido também em outros países da América Latina.

As desigualdades persistentes, que interrogam cotidianamente a política educacional, a formação e o trabalho docente, tomam ainda uma outra dimensão, quando o mundo é surpreendido pela inesperada e desconhecida condição de distanciamento social imposta pela pandemia da COVID-19. Então, instala-se uma crise epidemiológica e, com ela, são intensificadas as tensões entre as concepções de educação e as condições adequadas para a oferta do ensino e para alcance dos objetivos e anseios mais elevados da escola pública.

O necessário distanciamento social advindo da pandemia afeta os sistemas de ensino exatamente quando importantes instituições públicas anunciavam a insustentabilidade das condições mínimas para a oferta da educação em acordo com propósitos da qualidade e, portanto, com a complexidade de manutenção destes sistemas de ensino. O intenso debate em curso perscrutava as diversas variáveis reunidas e indicativas de perspectivas cerceadoras do próprio comprometimento das instituições educacionais com a fundamental dimensão da formação humana. E, quando a instituição educacional fica inóspita para as práticas do ensino e as residências passam a ser alternativa e o *lócus* para a oferta do ensino, invadindo nosso espaço de descanso e de intimidade, novos elementos são acrescentados aos desafios já em pauta.

O encontro de pesquisadores para a escrita deste livro ocorre neste momento em que, ainda sem respostas para a complexidade apresentada para os sistemas de ensino, passamos todos, literalmente, a enfrentar a crise epidemiológica sem precedentes e que, diante do seu ineditismo, desafia intensamente o campo da oferta da educação, pois não há políticas educacionais específicas para o momento atual.

Nesse sentido, os conhecimentos epistemológicos, metodológicos, políticos e sociais a que este livro nos conduz é de uma variedade e diversidade pujante. São artigos que abordam o modelo de formação de professores, a influência internacional nas políticas públicas para a oferta da educação regular, a implementação de políticas de ações afirmativas no ensino técnico profissionalizante, bem como nas universidades em Minas Gerais, Roraima e em Cuba.

Tratam também de políticas para formação continuada de professores(as) e alunos(as) no campo da formação humana; da inclusão social no seu sentido mais amplo e atrelado à ideia de mundo a partir da política local para escolarização de imigrantes; da interface entre educação especial e educação profissional em uma perspectiva histórica; tece importantes diálogos sobre a Reforma do Ensino Médio, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), além das temáticas da democracia, cidadania e desigualdade. Além destes, há necessárias e atuais análises sobre a Educação a Distância (EaD), o Ensino Remoto Emergencial (ERE) e sobre o uso das tecnologias em todos os níveis e etapas do ensino, bem como os novos desafios que se apresentam nesse contexto para o trabalho docente no Brasil e no Equador.

Quanto a sua organização, o livro se estrutura pelo fio condutor de narrativa não linear e muito menos estanque, em função da sua construção pelo diálogo coletivo entre os autores de cada capítulo. Assim, é que os temas se entrelaçam e se imbricam, como ocorre com o percurso histórico da política educacional, da formação docente e do trabalho na escola, quando pensados a partir das diversas dimensões da formação humana.

Nessa perspectiva, os capítulos estão organizados em três seções, ou três partes temáticas do livro: a primeira intitulada: *Formação de professores e trabalho docente*, a segunda: *Políticas educacionais e reformas* e a terceira: *Formação humana e políticas educativas*. A partir deste ponto, passamos a apresentar os capítulos que compõem a primeira seção deste livro, organizada para aproximar as análises e debates sobre formação de professores e trabalho docente, sem dissociação do contexto geral desta obra.

O primeiro capítulo inaugura o livro com densa e necessária análise crítica sobre o que anuncia o seu título: *Identidades Docentes-Educadoras Reinventadas: formação docente-educadora repolitiza-*

da. Escrito pelo Professor Emérito da Faculdade de Educação da UFMG (FaE/UFMG) Miguel G. Arroyo, o texto traz relevante reflexão crítica e extremamente atual sobre a formação de professores para a Educação Básica. Partindo de uma análise histórica e política, o autor evidencia o caminho trilhado pela política de formação docente no Brasil até a proposta de criação de um protótipo único de docente-educador. O capítulo se desenvolve com a problematização dos riscos de desumanização de alunos e professores que a proposta homogeneizante de formação apresenta para um contexto de extremas desigualdades sociais, que se tornam educacionais com a entrada dos alunos oriundos dos meios populares na escola. O autor propõe ainda uma importante reflexão acerca das possibilidades de aprendizado profissional e docente que os movimentos sociais e suas lutas podem trazer para o campo da educação.

No segundo capítulo, a autora Ana Maria Saraiva da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG), é intitulado: *As Organizações Internacionais e as Tendências para a Formação de Professores*, e tem por objetivo evidenciar o papel desempenhado pelas organizações internacionais (OIs) na construção de uma nova agenda para a formação docente, em especial no âmbito da América Latina e Caribe, enquanto manifestação de uma regulação transnacional das políticas educativas. O trabalho se embasa na premissa de que as mudanças no âmbito da economia, tecnologia, nas relações sociais e políticas, têm transformado o cenário educacional. Novos paradigmas e novas racionalidades passaram a se apoiar em diferentes matrizes valorativas e normativas, configurando uma nova base para a tomada de decisão na política educacional e na formulação de diretrizes para formação tanto docente quanto discente. A discussão do artigo se insere principalmente no contexto da chamada Nova Gestão Pública (NGP), apontando os novos modos de gerenciamento dos sistemas escolares propostos nas décadas de 1980 e de 1990 (e que terá forte influência nas primeiras décadas do século XXI) apresentando a eficácia e a eficiência como princípios norteadores da gestão educacional e mudando a relação entre o Estado e a educação.

O terceiro capítulo desta primeira seção retrata a docência no cenário internacional, quando analisa: *El Escenario de la Educación en el Ecuador: ser docente en tiempos de pandemia*. De autoria da

coordenadora da UNESCO na América Latina, Magaly Robalino, o capítulo discute, de forma muito atual, aspectos da complexa situação em que vive o Equador em seu sistema educacional devido à crise de saúde ocasionada pela pandemia da COVID-19. A partir dos termos "desigualdades e exclusões", "direito a educação" e "cenário pós-pandemia", são abordadas questões relevantes sobre como o direito a educação foi questionado no país durante o surto epidêmico e o papel central que têm os docentes e familiares para auxiliar na continuidade do processo educacional, mesmo em tempos difíceis. O artigo ainda apresenta alguns desafios para o futuro, à medida que se torna necessário recuperar o senso de público e reinventar a educação sob a condição de conectar-se às mudanças estruturais que estão no centro da agenda política do país, ou seja, direitos à educação, saúde, emprego e proteção social com uma abordagem inclusiva para todos e todas.

O quarto capítulo vai abordar importante dimensão deste futuro anunciado no terceiro capítulo, quando traz relevantes análises sobre as estratégias de enfrentamento às desigualdades sociais e educacionais levadas à cabo nas últimas décadas, destacando-se os programas de ampliação da jornada escolar. É na perspectiva de análise dessa proposta de reorganização dos tempos escolares que o capítulo intitulado: *O programa Escola Integrada de Belo Horizonte/MG: perfil e condições de trabalho dos monitores e bolsistas* apresenta os resultados de um *survey* realizado com 200 participantes. Na narrativa, as autoras Adriana Maria Cancella Duarte e Camila Benevenuto que são vinculadas ao Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGE/FaE/UFMG), partem dos marcos históricos e normativos que nortearam a implantação da jornada escolar ampliada nas escolas localizadas em territórios de vulnerabilidade social e econômica, para em seguida delimitar a natureza do conceito de "educação integrada" e sua relação com diferentes propostas pedagógicas e distintos espaços educativos. Nesse rompimento com a lógica disciplinar de tempos e conteúdos proposta pelo programa, adentram os muros da escola integrada novos sujeitos docentes, estabelecendo uma nova divisão do trabalho. Esse novo formato escolar interroga as au-

toras, que no texto apresentado evidenciam quem são esses sujeitos, em que condições realizam o seu trabalho e como se dá a sua formação inicial e continuada.

Em consonância com a abordagem da formação e do trabalho docente, o quinto capítulo traz a dimensão do "novo normal" para a mediação pedagógica. Os Professores Luciano Alves, Telma Januzzi e Sandra Magri analisam a: *Utilização de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na Educação: políticas, limites, possibilidades e inclusão digital em tempos de distanciamento social*, trazendo importantes contribuições a partir da realidade das escolas da rede pública municipal de Barbacena, município de Minas Gerais. Destaca-se a abordagem sobre a educação no tempo presente, em que as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) têm sido o meio encontrado para o ERE. Apresentando resultados de estudos realizados no Grupo de Pesquisa que participam na UEMG, desde 2018, os autores auxiliam na compreensão dos desafios e possibilidades que possam nortear discussões sobre a realidade de ensino imposta pelo contexto da pandemia e o encontro de alternativas para o acirramento de desigualdades educacionais.

O enfrentamento desse abismo entre os estudantes pode ter como substantiva contribuição reflexiva as análises do sexto e último capítulo desta parte do livro: *Mediação Pedagógica Online: experiências no curso de Pedagogia UAB/UFMG*, é escrito por Bréscia França Nonato, Maria José Flores e Ângela Dalben, pesquisadoras da área da educação e tecnologia vinculadas ao Programa de Pós-graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGE/FaE/UFMG). O capítulo apresenta uma reflexão extremamente atual e pertinente sobre a mediação pedagógica online, que ganha centralidade nesse contexto, pois torna-se necessário pensar em novos modelos e novos formatos que fomentem os processos de ensino-aprendizagem, usando as tecnologias – e com centralidade nos sujeitos. É a partir de suas experiências na área que as autoras partem de uma necessária diferenciação entre Educação Remota Emergencial e Educação à Distância, para apresentar reflexões e contribuições teóricas e metodológicas imprescindíveis para o momento atual da educação.

Na segunda seção, que agrupa os capítulos com forte eixo analítico sobre as *políticas educacionais* e *reformas*, veremos a intrínseca relação entre os conteúdos analisados anteriormente e estes agora tratados nesta. Passamos então a apresentar os capítulos que a compõem, que reunidos aqui têm a intenção de potencializar o aprofundamento do tema central desta coletânea, bem como para a articulação entre temas incluídos nas primeira e terceira seções.

No primeiro capítulo desta segunda seção são tecidas necessárias e pertinentes análises a partir de categorias ampliadas. Em: *Democracia, Desigualdade e Políticas Públicas para a Educação*, os autores Daniela Paiva de Almeida e Wallace Faustino da Rocha elegem como temática a persistência e as principais características das desigualdades educacionais na educação brasileira. Considerando essas desigualdades como um fenômeno multidimensional, que revela diferença entre regiões, faixa etária, raça, gênero, dentre outras, os autores propõem sua problematização a partir da concepção de democracia e da noção de cidadão subjacente à participação na construção das políticas educacionais. Realizam essa reflexão, a partir dos diferentes modelos de democracia propostos na teorização sobre o tema e dos espaços de circunscrição do exercício da cidadania na trajetória política brasileira.

O segundo capítulo intitulado: *Políticas Públicas e Currículo Educacional no Brasil*, as autoras Juliana Branco e Paola Cristine Teixeira, vinculadas ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação e Formação Humana da (PPGE/FaE/UEMG) discutem as políticas públicas que incidem sobre a questão dos currículos para a educação básica. O artigo procura entender as controvérsias que sempre estiveram – e estarão – presentes nas abordagens educacionais diante das políticas públicas e das ações de materialização destas. A partir de um resgate histórico de documentos legais que se consolidaram na educação brasileira, sendo alguns deles: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 4024, de 1961; nº. 5692, de 1971; nº. 9394, de 1996; os Parâmetros Curriculares Nacionais; as Diretrizes Curriculares Nacionais; o Plano Nacional de Educação de 2014; e as bases nacionais comum curriculares, para os ensinos fundamental e médio. A análise de toda trajetória das leis, planos e bases formulados para o sistema educacional nacional, segundo as autoras, nos possibilita entender que há, ainda, muitos desafios para a educação brasileira.

O terceiro capítulo dá certa continuidade à análise anterior, no sentido de que também trata de reforma educacional fundada na mudança da legislação. As autoras do capítulo: *O Conhecimento e o Lugar dos Professores nas Políticas Educacionais: um olhar a partir do PNAIC em Belo Horizonte*, Rita de Cássia Oliveira e Débora Alves, trazem relevante contribuição para os estudos sobre como a formulação, a implementação e a recontextualização das políticas públicas educacionais configuram-se como campos de disputas, onde diferentes atores se expressam e as relações de poder definem o lugar das vozes e dos sujeitos dessa ação. O capítulo é escrito com base em resultados das atividades realizadas em Grupo de Pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação e Formação Humana (PPGE/ FaE/UEMG. Nos leva a refletir acerca da participação dos professores nesse processo, ao mesmo tempo que propõe uma importante e necessária discussão sobre quais saberes se fazem necessários para essa participação. A partir de um robusto referencial teórico sobre a constituição de um campo de estudos sobre as políticas públicas e de suas tendências mais recentes, como a abordagem do ciclo de políticas, as autoras elegem o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) como escopo de análise, dando voz aos sujeitos docentes participantes do programa, que relatam as tensões, as incertezas e as percepções do seu lugar e do lugar de seus saberes na política educacional brasileira.

Se o capítulo anterior trata do "lugar" dos docentes, o quarto capítulo desta seção o faz sobre os discentes, analisando as consequências das reformas para alunos do ensino médio. No capítulo: *O Ensino de Sociologia no Contexto de Reforma do Ensino Médio, BNCC e ENEM: alguns elementos para a discussão*, Rafaela Reis de Oliveira e Thiago de Jesus Esteves, vinculados ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (CAEd/FACEd/UFJF), inserem neste livro o tema do processo histórico e político de reformulação e reordenamento da legislação para oferta do ensino médio. O texto vai além desses elementos, articulando-os à modalidade de oferta do ensino médio em tempo integral e às mudanças nas concepções de educação na passagem de um cenário que apontava para o alargamento dos direitos para o oposto. Ao mostrar as deformidades na proposta de reforma do ensino médio, os autores se apoiam em resultados

de duas pesquisas realizadas sobre a percepção dos jovens a respeito desta etapa. Discutem também o processo de formulação da BNCC, apontando expectativas de que as redes de ensino ainda construam espaços potencializadores do lugar do ensino de Sociologia no processo de formação cidadã.

Inspiradas também pela formação cidadã, as autoras do quinto e último capítulo desta seção contribuem com relevantes análises sobre as políticas para a educação à distância. Com o título: *Políticas para Educação a Distância no Ensino Superior e na Educação Básica e o Trabalho Docente: desafios para a formação humana*, as autoras Luciana da Silva de Oliveira e Cássia do Carmo Pires Fernandes oferecem uma necessária discussão sobre como as políticas para educação à distância abarcam o trabalho docente no ensino superior e na educação básica. Inscrevem as análises no contexto histórico e político e na relação entre a oferta do ensino. A partir de estudo sobre as políticas educacionais, são evidenciadas as dimensões da oferta do ensino a partir desta modalidade. Mostram a trajetória da educação à distância no Brasil, os motivos porque este modo de oferecer ensino ganhou aceitação e foi ampliado nos últimos anos no contexto brasileiro, os interesses e as expectativas presentes no campo, problematizando os efeitos das políticas para ampliar e viabilizar a EaD na oferta de cursos de graduação, de pós-graduação e, mais recentemente, na educação básica. Analisam sentidos e significados atribuídos à modalidade, às políticas públicas para a EaD no Brasil e à relação entre o prescrito na legislação e a práxis educativa nesta modalidade.

Ao chegar na terceira seção desta coletânea pretendemos concluir apenas parte de um caminho, deixando abertos debates e questões para novos estudos. A intenção de situar a *formação humana* e *políticas educativas* nesta etapa coincide com as aspirações mais elevadas de que as pesquisas sobre as políticas públicas e a educação vertam sempre para o cerne destes trabalhos que têm o homem, a vida humana e as condições para existência digna e livre como essência para o labor acadêmico. Assim é que esta última seção reúne não somente a formação humana e as políticas educativas como o que emerge mais forte nas análises, mas reúne também toda a obra. Não como síntese ou conclusão, mas pela ideia de que políticas podem ser educativas se houver aprendizagem sobre a formação

humana e sobre como desenvolver ações que possam fazer o discutido nas linhas de apresentação desta obra, corrigir imperfeições do próprio Estado. Aqui, ainda que sem ter esta ação como objeto, os autores vão trazer perspectivas analíticas a partir dos indivíduos e apontar caminhos, como analisou Hanna Arendt para a "acção" e "esfera pública" no sentido da excelência humana. Um caminho que os autores trilham ao tratar da educação nas perspectivas da equidade, da inclusão e do reconhecimento.

O primeiro capítulo desta seção é intitulado: *A Interface entre Educação Especial e Educação Profissional: uma perspectiva histórica*. As autoras Daniela Passos e Tatiane Cimara dos Santos Medeiros mostram que a década de 1990 apresenta para os sistemas educacionais o desafio de se constituírem como inclusivos. É no sentido de evidenciar como esse processo de inclusão se desenvolve no âmbito da educação profissional que elas apresentam este texto, que integra uma pesquisa mais ampla, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação e Formação Humana (PPGE/UEMG), que analisa como tem se configurado historicamente a relação entre educação especial e educação profissional. A narrativa das autoras evidencia o caráter de dualidade na oferta diferenciada da educação profissional para os alunos com deficiência, com o poder público garantindo o atendimento desses alunos com deficiências consideradas leves e dos repetentes, enquanto a educação daquelas pessoas com deficiências tidas como mais severas continuou acontecendo em instituições especiais, filantrópicas e privadas. A partir da década de 1990, esse quadro normativo tem alterações significativas na inclusão de alunos com deficiência na educação profissional. Entretanto, os desafios de financiamento, estruturação e formação docente são alguns dos temas problematizados no capítulo.

As autoras do segundo capítulo, Cirlene Cristina de Souza e Débora Cristina Alves da Silva intitulado: *Paulo Freire e o Projeto Escola sem Fronteiras: encontros reflexivos*, trazem para esta coletânea reflexões para a análise da cidadania, dos direitos humanos e da própria tessitura desses valores nas experiências de vida. Trata, portanto, de relevante abordagem sobre a inclusão social no seu sentido ampliado. Também este, é parte dos trabalhos de pesquisa vinculadas ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

e Formação Humana (PPGE/UEMG). Com base em dados estatísticos, as autoras mostram o quadro de oferta da educação escolar para imigrantes em Minas Gerais, estado que ocupa a terceira posição na quantidade de estudantes que chegam ao Brasil oriundos de outros países. O capítulo foi construído a partir da análise do projeto: *Escola sem fronteiras*, desenvolvido na cidade mineira de Contagem. No texto são discutidos os modos de apropriação da língua como processo de acolhimento, indo para além da discussão gramatical. No projeto *Escola sem fronteiras*, o curso de "Português como Língua Estrangeira" (PLE) tem como princípio o ensino da língua como um processo de formação cidadã. Destacam-se metodologias construídas a partir da cultura do imigrante, abarcando a condição escolar deles no Brasil e em Minas Gerais, além das relações entre a língua e a cidade enquanto lugares de aprendizagem. Trata-se de um capítulo escrito com sensibilidade diante de vidas atingidas por situações de guerra, crise econômica, perseguições políticas e religiosas, desequilíbrios e desastres ambientais, apontando contribuições necessárias para os processos educacionais.

Como os trabalhos anteriores, este capítulo também se vincula às pesquisas realizadas no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação e Formação Humana (PPGE/UEMG). Com o título: *A implementação de Políticas de Ação Afirmativa nos Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Congonhas*, os autores do terceiro capítulo desta seção, José Eustáquio de Brito e Hosana Helena Peregrino abordam a política de ação afirmativa de acesso e permanência na educação profissional sob as perspectivas de estudantes negros/as cotistas dos cursos técnicos noturnos do IFMG - Campus Congonhas, após a implementação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Por meio de uma escuta atenta à fala dos sujeitos da pesquisa e de uma abordagem qualitativa, tanto bibliográfica quanto documental, o texto procurou identificar os desafios e perspectivas do/a estudante negro/a cotista quanto às ações afirmativas para o seu acesso e permanência nos cursos técnicos noturnos do Instituto. Dentre os resultados encontrados, no que se refere às perspectivas dos sujeitos, as políticas de acesso conseguiram inserir a população negra na educação pública, mas as políticas de ação afirmativa para permanência destes estudantes ainda são frágeis

e de difícil controle, ao considerarmos os fatores individuais e institucionais que propiciam a evasão.

Dando continuidade à temática central, o quarto capítulo, intitulado: *Implementação da Lei 10.639/2003: o estudo da história da África e dos afrodescendentes em Roraima como instrumento de combate ao racismo*, a autora Monalisa Pavonne de Oliveira, trata da relevância do ensino da história da África e do negro no Brasil de hoje. Trata-se de pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProffHistória/UFRR). Para isto, o texto inicia mostrando casos de racismo na realidade da cidade de Boa Vista, capital do estado brasileiro de Roraima. Com esta exposição, reforça a importância da implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Ao concentrar o estudo na primeira lei, mostra sua urgência para a Educação Básica e a expectativa de que as práticas produzam efeitos para além da escola. A autora traça breve histórico da constituição de Roraima como forma de contextualizar a militância negra na capital deste estado brasileiro, no qual inscrevem-se as análises da oferta do ensino e da lei 10.639/2003 como inspiração para a construção do projeto de intervenção cultural que se ergueu no mês da consciência negra. O texto mostra o valor dos trabalhos de organizações da sociedade civil na valorização da cultura negra, a relevância da interlocução entre os movimentos sociais e as práticas escolares que tratam dos processos identitários dos descendentes de africanos esquecidos pelo eurocentrismo, havendo assim a necessidade de serem ampliadas as formas de acolhimento das demandas sociais nos processos de ensino e de aprendizagem.

Seguindo o eixo central desta seção, o capítulo: *Políticas Educativas, Equidad y Relaciones Étnico/Raciales: una mirada desde la Universidad Cubana*, escrito por Mikel Pons Giralt, encerra a coletânea. O texto tem por objetivo analisar o tratamento teórico e prático da questão étnico/racial em diferentes níveis da política educacional, com ênfase no contexto universitário cubano. O autor aborda na pesquisa a relação entre políticas educacionais, equidade e a questão racial em Cuba. A análise é triangulada com documentos que descrevem os princípios de equidade e justiça social nas políticas de ensino superior cubano. A partir da prática e da pesquisa educacional e, de outras áreas das ciências sociais, são questionados os impactos do racismo na sociedade cubana e

sua inter-relação com a educação. A pesquisa permite identificar que o tema racial constitui um diferencial no acesso e permanência à universidade, sendo insuficiente o tratamento do fator étnico/racial no desenho de políticas educacionais, na formação de professores e no currículo escolar. No entanto, a relevância e o potencial para o seu tratamento teórico e prático são visualizados, com base nas experiências e pesquisas existentes.

Apresentamos, enfim, o esforço coletivo de homens e mulheres, professores e professoras, pesquisadores e pesquisadoras comprometidos com a educação enquanto causa, essência e aparência do seu labor. Atenderam ao chamado da educação pública. Responderam com análises atuais, densas e necessárias para contribuir mesmo quando escolas e universidades, instituições onde as crianças, adolescentes e adultos passam a maior parte da sua vida, se tornaram lugar inóspito. A escola "invadiu" nosso espaço de descanso e intimidade, exigindo atitudes que antes tínhamos dificuldade em desempenhar.

Neste contexto, embora também o trabalho acadêmico seja profundamente afetado pelos problemas atuais, o teor dos capítulos escritos nesta obra vem afirmar o compromisso coletivo de pesquisadores e pesquisadoras em pensar as políticas públicas para o trabalho docente e os diversos desafios impostos neste início de século XXI para a educação. Há expectativas de poder contribuir mesmo quando no horizonte nada é mais certo do que as incertezas. Em tempos de democracias em risco, as pesquisas educacionais aqui apresentadas visam manter vivas as propostas de uma formação ampla e humana para todos e todas.